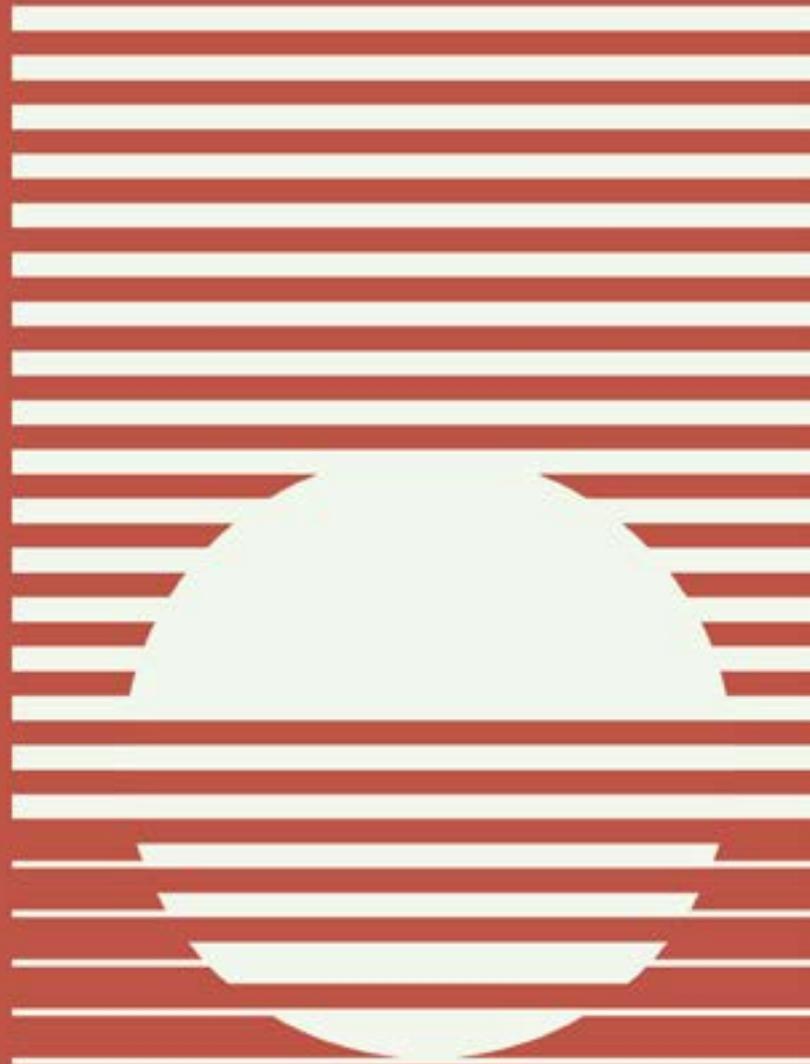


ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



07
2022



CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos seguintes grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (NEAAPE e OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

Corpo Editorial

Editor Executivo: Tomás Paixão Borges

Editor Adjunto: Marllon Motta da Rocha

Conselho Editorial: Fernanda, Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Leticia Pinheiro, Maria del Carmen Villarreal Villamar, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque

Editoria de Redação: Amanda Pereira Pinto, Amanda Salice Vieira Lima Cavalcante, Anna Karolinne de Holanda Ribeiro, André Pimentel Ferreira Leão, Beatriz Bandeira de Mello Souza e Silva, Beatriz Pontes, Beatriz Santos, Bruna Soares de Aguiar, Diogo Ives de Quadros, Eduarda Lattanzi Menezes, Eduardo Morrot, Fernanda Abreu, Ghaio Nicodemos Barbosa, Henrique Rabello de Carvalho, Isabella Pereira, Jefferson Nascimento, Johanna Larrubia, Juliana Pinto de Lemos da Silva, Julia Aroni, Julia Rodrigues da Cruz Conceição, Kethlyn Winter, Leandro Wolpert dos Santos, Levi Salomão, Lucca Fantuzzi Soares, Lucas Calabro Berti, Marcelly Firmino, Maria Carolina Barreto, Marília Closs, Marllon Motta da Rocha, Murilo Gomes da Costa, Nathalia de Oliveira, Nicolli Bernardes Ribeiro, Paulo Jacob Inguane, Patrícia Porto de Barros, Pedro Lange Netto Machado, Thaís Jesinski Batista, Tomás Paixão

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).
Rua da Matriz 82, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22260-100 – Brasil
Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 04

Senado brasileiro adia votação de PEC que altera regra de nomeação de embaixadores

Bolsonaro questiona urnas eletrônicas em reunião com embaixadores estrangeiros

Tribunal Superior Eleitoral brasileiro celebra acordo com a OEA para eleições de 2022

Página 05

Neutralidade do Brasil no conflito com a Rússia é criticada por presidente da Ucrânia

Ministério da Economia argentino tem segunda troca de comando em menos de um mês

Governo equatoriano reorganiza ministérios após série de demissões

Página 06

Suprema Corte peruana autoriza eutanásia pela primeira vez

Banheiro não-binário em evento da OEA gera repercussão no Congresso peruano

Página 07

Crise política no Peru se agrava

Vice-presidenta eleita na Colômbia se encontra com Lula e Dilma no Brasil

Bolívia e Chile avançam na retomada de relações diplomáticas

Página 08

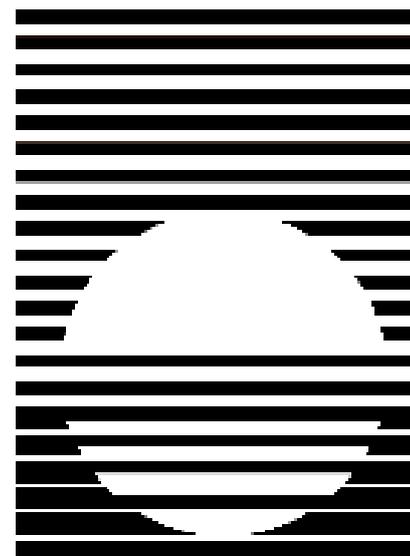
Chile assina memorando de entendimento com Espanha para implementar política externa feminista

Negociações do Uruguai com a China sobre tratado de livre-comércio repercutem na Cúpula do Mercosul

China reage negativamente a anúncio de viagem de legisladora estadunidense

Página 09

Presidente russo rebate acusações de chantagem da Comissão Europeia



Senado brasileiro adia votação de PEC que altera regra de nomeação de embaixadores

No dia 6 de julho, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal do Brasil decidiu adiar a votação da PEC 34/2021, que permite a nomeação de parlamentares para a chefia de missões diplomáticas sem a perda de seu mandato. Senadores ligados ao Centrão, interessados em assumir cargos no exterior, tentaram adiantar a tramitação da proposta e votá-la antes do recesso parlamentar. O autor da PEC é o Senador Davi Alcolumbre, que também preside a CCJ. Caso aprovada na comissão, a PEC iria direto para o plenário do Senado. Diplomatas, representados pela Associação de Diplomatas Brasileiros (ADB), temiam a aprovação relâmpago da PEC e argumentavam que ela trazia riscos de submeter a política externa a interesses paroquiais, conflitantes com os interesses nacionais. No dia que a proposta seria votada na CCJ, o Itamaraty e a Casa Civil emitiram notas contrárias e afirmaram que a PEC afetaria a separação dos Poderes. Em uma reunião tensa, contando com bate-boca entre parlamentares, a votação foi adiada por uma semana. Visando sensibilizar senadores contra a proposta, o chanceler Carlos França chegou a cogitar o cancelamento de sua viagem à Nova York, onde iria se reunir com o Secretário-Geral da ONU e participar do Conselho de Segurança no momento que o Brasil preside o órgão. No entanto, Alcolumbre foi convencido a só pautar a votação da PEC após o recesso parlamentar, que ocorre entre 17 de julho e 1º de agosto. Com a aproximação do período eleitoral, é possível que a PEC siga adiada indefinidamente.

Fontes: [Correio Braziliense](#), 27/06/2022; [Valor Econômico](#), 02/06/2022; [Folha de São Paulo](#), 06/07/2022, [Valor Econômico](#), 06/07/2022; [Valor Econômico](#) 08/07/2022.

Bolsonaro questiona urnas eletrônicas em reunião com embaixadores estrangeiros

No dia 18 de julho, o presidente Jair Bolsonaro realizou uma apresentação para embaixadores estrangeiros no Palácio da Alvorada. O encontro contou com a participação do general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, ministro da Defesa, e do assessor especial da Presidência, general Walter Souza Braga Netto. Na reunião, Bolsonaro proferiu teorias conspiratórias e ataques às urnas eletrônicas e aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Na ocasião, acusou

diretamente os ministros Luís Roberto Barroso, Edson Fachin e Alexandre de Moraes de estarem envolvidos em um suposto golpe nas eleições de outubro de 2022 para eleger “o outro lado”. Alguns diplomatas avaliaram a situação como uma influência trumpista e compararam a fala de Bolsonaro com as alegações do ex-presidente durante as campanhas eleitorais dos EUA de 2020. Para esses embaixadores, a reunião foi uma tentativa de desviar o foco dos problemas que seu governo enfrenta e destacaram que as opiniões das missões sediadas em Brasília não serão afetadas. Em contrapartida, embaixadores de países apoiadores do atual governo manifestaram preocupação quanto à confiabilidade das urnas brasileiras. A repercussão na mídia nacional foi de amplo alcance e resultou na “Carta às brasileiras e aos brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito”, um manifesto em defesa da democracia que já conta com mais de 750 mil assinaturas, entre elas de banqueiros, empresários, artistas, políticos, escritores, jogadores de futebol, ex-ministros, professores, acadêmicos e advogados. A leitura pública da carta está marcada para o dia 11 de agosto durante um evento ministrado pelo ex-ministro do STF, Celso de Mello. O ato será realizado no Largo São Francisco, mesmo lugar onde ocorreu, em 1977, a leitura da “Carta aos brasileiros” contra a ditadura militar

Fontes: [G1](#), 18/07/2022; [Folha de São Paulo](#), 18/07/2022; [Folha de São Paulo](#), 18/07/2022; [G1](#), 19/07/2022; [Agência Brasil](#), 27/07/2022; [Jornal da USP](#), 28/07/2022; [Revista Veja](#), 30/07/2022.

Tribunal Superior Eleitoral brasileiro celebra acordo com a OEA para eleições de 2022

No dia 5 de julho, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Edson Fachin, e o secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), Luis Almagro, assinaram, em Washington D.C, o Acordo de Procedimentos para realização da Missão de Observação Eleitoral no Brasil, em outubro de 2022. Na mesma ocasião, foi assinado o Acordo de Imunidades Diplomáticas para a Missão de Observação, entre a OEA e o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, representado pelo embaixador Otávio Brandelli. Fachin destacou a presença da organização nas eleições gerais de 2018, quando, pela primeira vez, a OEA realizou uma missão de observação no Brasil, com o objetivo de colaborar com

o aperfeiçoamento do sistema eleitoral de um país e ajudar a fortalecer a democracia. Nesse contexto, entre os dias 25 e 29 de julho, ocorreu a 15ª Conferência de Ministros da Defesa das Américas, em Brasília. Em discurso de abertura, o ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, afirmou respeitar a Carta Democrática Interamericana da OEA. O ministro afirmou, ainda, que as Forças Armadas estão focadas em fornecer segurança para garantir uma eleição “segura e transparente” em outubro. Em abril deste ano, as Forças Armadas propuseram uma apuração paralela de votos, o que foi negado pelo TSE.

Fontes: [Carta Capital](#), 05/07/2022; [Site do Tribunal Superior Eleitoral](#), 05/07/2022; [G1](#), 27/07/2022.

Neutralidade do Brasil no conflito com a Rússia é criticada por presidente da Ucrânia

Em entrevista concedida a um meio de comunicação brasileiro no dia 19 de julho, o presidente da Ucrânia, Volodimir Zelenski, criticou a posição de neutralidade assumida pelo presidente Jair Bolsonaro no conflito com a Rússia. Segundo o mandatário ucraniano, a posição brasileira enfraquece os esforços para isolar o líder russo Vladimir Putin na cena internacional. Zelenski afirmou, ainda, que questões comerciais, comumente utilizadas pelo governo brasileiro como justificativa para evitar maior envolvimento no conflito, são secundárias diante do “respeito pelo povo”. No dia anterior, Bolsonaro e Zelenski conversaram por telefone a respeito do assunto pela primeira vez desde o início da guerra. Na ocasião, o presidente ucraniano pediu mais apoio por parte do Brasil, inclusive em relação à aplicação de sanções econômicas contra a Rússia. Bolsonaro, no entanto, reforçou que não vai aderir às sanções, alegando mais uma vez a importância das relações comerciais, sobretudo no que diz respeito à importação de fertilizantes russos. Na 15ª Conferência de Ministros da Defesa das Américas, realizada em Brasília, entre os dias 25 e 28 de julho, a delegação brasileira buscou evitar, sem sucesso, a inclusão de um trecho, patrocinado pelo Canadá, de repúdio à invasão russa na declaração conjunta emitida ao final do encontro. Apesar de a Declaração de Brasília ter sido assinada por 21 países, o Brasil, ao lado da Argentina e do México, apresentou ressalvas no documento, afirmando que a ONU é o “foro com mandato adequado para tratar do conflito com a Ucrânia”. Em reuniões prévias, representantes do Ministério da

Defesa brasileiro já haviam expressado a opinião de que o tema não deveria ser tratado na conferência.

Fontes: [CNN](#), 17/07/2022; [G1](#), 18/07/2022, [G1](#), 19/07/2022; [OEstado de São Paulo](#), 20/07/2022; [Folha de São Paulo](#), 22/07/2022; [Folha de São Paulo](#), 28/07/2022.

Ministério da Economia argentino tem segunda troca de comando em menos de um mês

No dia 28 de julho, a ministra da Economia da Argentina, Silvina Batakis, entregou seu pedido de demissão ao presidente Alberto Fernández após apenas 24 dias na função. Imediatamente, Sergio Massa, até então presidente da Câmara dos Deputados, foi anunciado como “superministro”, aglutinando sob seu comando as pastas da Economia, da Produção e da Agricultura. O evento representa mais um desdobramento da crise que afeta a gestão da economia nacional. No começo do mês, Martín Guzmán, que ocupava o cargo desde o início do governo Fernández, renunciou de maneira abrupta em meio à crise estabelecida entre o presidente e sua vice, Cristina Kirchner. A carta de demissão de Guzmán foi entregue na esteira de críticas da vice-presidenta à política econômica do governo, ainda que não tenha feito qualquer menção a elas. Kirchner criticou o ex-ministro pela decisão, chamando-o de irresponsável e ingrato. Nos bastidores, o grupo político da vice-presidenta pressiona por maior influência nos rumos do país, enquanto Fernández vê sua figura política cada vez mais enfraquecida. O presidente chegou a ameaçar sua renúncia ao cargo caso o atrito não arrefeça. O pano de fundo é a grave crise socioeconômica experimentada pela Argentina, que vem afetando negativamente a popularidade do governo peronista.

Fontes: [Ámbito](#), 02/07/2022; [La Nación](#), 03/07/2022; [La Nación](#), 08/07/2022; [La Nación](#), 10/07/2022; [La Nación](#), 14/07/2022; [Clarín](#), 28/07/2022; [Valor Económico](#), 28/07/2022.

Governo equatoriano reorganiza ministérios após série de demissões

Em decorrência da crise política vivenciada pelo Equador no mês de junho de 2022, o governo de Guillermo Lasso precisou lidar com a renúncia de membros do alto escalão. Em 4 de julho, os titula-

res das pastas da Saúde Pública (Ximena Garzón), dos Transportes e Obras Públicas (Marcelo Cabrera), da Economia e Finanças (Simón Covas) e Educação Superior (Alejandro Ribadeneira) se desligaram do governo por falta de recursos para cumprir com as obrigações institucionais. É a segunda mudança significativa realizada este ano, quando os mandatários das pastas da Defesa, da Energia e Minas, da Agricultura e Pecuária e de Direitos Humanos renunciaram em 28 de abril. Lasso enfrenta dificuldades em constituir maioria dentro da Assembleia Geral, sede do poder legislativo no Equador. O caso do Ministério da Saúde Pública é considerado o mais sensível, com acusações da ex-ministra Ximena Garzón, responsável por implementar o exitoso plano de vacinação em massa contra a Covid-19, de que faltam insumos hospitalares e médicos. A ex-ministra acusa um déficit de 30% no orçamento, o que compromete a capacidade do sistema de saúde do país de suprir as necessidades da população. Há, ainda, relatos de pacientes que tiveram de comprar luvas e bisturis para que os médicos pudessem realizar seus procedimentos. No dia 5 de julho, a maioria dos novos titulares das pastas foram empossados, com destaque para o ministro Darío Herrera, transferido do cargo de ministro de Desenvolvimento Urbano e Moradia para o de ministro do Transporte e Obras Públicas. Os demais nomeados para os cargos em aberto foram Pablo Arosemena (Economia e Finanças), María Gabriela Aguilera (Desenvolvimento Urbano e Moradia) e Andrea Montalvo (Educação Superior). O Ministério da Saúde Pública ficou em aberto na ocasião, e seu novo ministro, o médico José Ruales, foi nomeado no dia 7 de julho. Ruales foi assessor da Organização Panamericana de Saúde por 21 anos e era o vice-ministro de Governança e Vigilância Sanitária da ex-ministra Garzón.

Fontes: [El Comercio](#), 28/04/2022; [Expreso](#), 05/07/2022; [El País](#), 05/07/2022; [El Universo](#), 05/07/2022; [El Comercio](#), 06/07/2022; [Página 12](#), 07/07/2022; [El Universo](#), 07/07/2022.

Suprema Corte peruana autoriza eutanásia pela primeira vez

No dia 15 de julho, Ana Estrada, que sofre de polimiosite, teve o seu pedido para ter acesso ao direito a uma “morte digna” por meio de um procedimento de eutanásia confirmado pela Suprema Corte do Peru. Estrada foi diagnosticada com a doença degenerativa

ainda na infância, mas, desde 2015, não consegue se locomover e passou a necessitar de atendimento médico 24 horas por dia. A decisão da Corte causou controvérsia, pois o Artigo 112 do Código Penal explicita que quem mata um enfermo incurável por piedade para pôr fim ao seu sofrimento, mesmo com o aval consciente e expresso do enfermo, deverá ser punido com pena privativa da sua liberdade por, no mínimo, três anos. Os detalhes do procedimento de eutanásia ficarão a cargo do Ministério da Saúde, que ainda não se manifestou. Embora só seja válida para o caso específico de Estrada, a decisão amplia o debate sobre a eutanásia não apenas no Peru, mas também em toda a América do Sul, onde o tema ainda é pouco discutido. Na região, o único país cuja legislação despenaliza o procedimento é a Colômbia. A lei colombiana é de 1997, mas a primeira aplicação do procedimento em um paciente não terminal ocorreu apenas em janeiro de 2022. Além da Colômbia, mais cinco países descriminalizam a eutanásia: Bélgica, Canadá, Luxemburgo, Países Baixos e Suíça.

Fontes: [CNNEspañol](#), 09/01/22; [PerúLegal](#), 14/07/22; [CNN Brasil](#), 15/07/22; [Diario Correo](#), 27/07/22.

Banheiro não-binário em evento da OEA gera repercussão no Congresso peruano

Em 14 de julho, o Congresso do Peru optou por negar a realização da 52ª sessão da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) em sua capital, Lima. A decisão ocorreu devido a um item na resolução legislativa que solicitava a criação de um banheiro não-binário para o evento, resultando na maioria de votos negativos no âmbito do Congresso. Diante do ocorrido, diversas autoridades locais e internacionais se manifestaram, solicitando que o órgão reconsiderasse sua decisão. O Chanceler do Peru, César Landa, se posicionou contra a decisão do Congresso, assim como o Secretário-Geral da OEA, o uruguaio Luis Almagro. Além das autoridades, a negativa do Congresso gerou repercussão na sociedade civil, uma vez que um evento de cunho internacional deixaria de ocorrer em razão da implementação de um banheiro inclusivo. A imprensa ainda ressaltou a contradição do Congresso peruano perante o lema desta sessão da OEA, que será “juntos contra a desigualdade e a discriminação”. Tamanha polêmica em torno do tema gerou forte mobilização doméstica e internacional. No dia 15 de julho, o órgão legislativo decidiu implementar novas votações que,

desta vez, levaram à aprovação da realização do evento no país. O acordo entre o governo peruano e a Secretaria-Geral da OEA foi oficializado no dia 26 de julho, confirmando a 52ª sessão da Assembleia Geral da organização em Lima.

Fontes: [Gestión](#), 15/07/2022; [Gestión](#), 15/07/2022; [BBC](#), 15/07/2022; [La República](#), 15/07/2022; [Perú Legal](#), 15/07/2022; [San Diego Union-Tribune](#), 16/07/2022; [La República](#), 26/07/2022.

Crise política no Peru se agrava

No dia 26 de julho, o Congresso peruano elegeu Lady Camones como nova presidenta da casa. A congressista é membra do partido Alianza para el Progreso, um dos maiores opositores ao governo do presidente Pedro Castillo. Essa mudança renova a esperança de setores do Legislativo e da sociedade que desejam a destituição do mandatário. A ex-presidenta do Congresso, Maria del Carmen Alva, não conseguiu reunir os votos necessários para a aprovação de nenhum dos dois processos de impeachment contra Castillo, negados nos dias 28 de julho de 2021 e 28 de março deste ano. A probabilidade da queda do presidente vem se ampliando, nos últimos meses, por conta de denúncias de corrupção contra o seu governo e pessoas próximas. No dia 21 de julho, a Procuradoria Geral da República anunciou o início de mais uma investigação contra o presidente, desta vez por supostamente obstruir investigações de corrupção. O que teria motivado a decisão dos procuradores foi a abrupta demissão do Ministro do Interior Mariano González, após duas semanas no cargo. Segundo o ex-Ministro, a demissão ocorreu devido a González ter autorizado a indicação de uma unidade especial da polícia com objetivo de rastrear e prender aliados do presidente investigados na esfera criminal. Um dia depois da demissão, González deu uma entrevista a uma emissora de rádio pedindo ao Congresso que abra um processo de destituição do presidente. Por conta do seu rompimento com o partido Perú Libre, pelo qual foi eleito, o apoio de Castillo no Legislativo é mais frágil neste momento do que nas duas ocasiões anteriores em que sua remoção do cargo foi votada. No final do mês passado, o partido solicitou a desfiliação do presidente por incompatibilidade entre sua plataforma partidária e os rumos que o governo vem tomando.

Fontes: [Bol](#), 20/07/22; [Correo del Sur](#), 20/07/22; [Terra](#), 21/07/22; [La República](#), 26/07/22; [Diario Correo](#), 27/02/22.

Vice-presidenta eleita na Colômbia se encontra com Lula e Dilma no Brasil

No dia 26 de julho, a vice-presidente Francia Márquez, eleita recentemente na Colômbia, visitou o Brasil extraoficialmente e cumpriu uma agenda política. Nessa viagem, encontrou-se com o ex-presidente brasileiro Lula da Silva e com a ex-presidenta Dilma Rousseff para discutir a criação de mecanismos de integração na América do Sul e políticas de desenvolvimento social e de combate à fome e ao racismo. Além disso, reuniu-se também com representantes do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) e do movimento negro. Apesar de discutir temas caros às relações entre os dois países na visita ao Brasil, Márquez não se encontrou com o atual presidente Jair Bolsonaro ou representantes do atual governo. Márquez, que integrará o novo governo colombiano que toma posse com Gustavo Petro a partir de agosto, mostrou clara afinidade com a candidatura de Lula à presidência do Brasil nas eleições de 2022. A visita ao território brasileiro fez parte de uma série de compromissos com figuras de liderança de esquerda na região. Francia Márquez foi também ao Chile e à Argentina, reunindo-se com os presidentes Gabriel Boric e Alberto Fernández.

Fontes: [El Tiempo](#), 25/07/2022; [El Espectador](#), 26/07/2022; [Semana](#), 26/07/2022; [El Colombiano](#), 26/07/2022.

Bolívia e Chile avançam na retomada de relações diplomáticas

No dia 21 de julho, os chanceleres Rogelio Mayta, da Bolívia, e Antonia Urrejola, do Chile, assinaram um memorando de entendimento para a reativação da Hoja de Ruta. A reunião entre os dois diplomatas ocorreu em Assunção, onde foi realizada a 60ª Cúpula do Mercosul. Acordada em abril de 2021, a Hoja de Ruta é um plano que visa iniciar o processo de normalização das relações diplomáticas entre a Bolívia e o Chile, congeladas desde 1978 em consequência das disputas judiciais entre os dois países sobre o uso internacional das águas. Nos últimos anos, a agenda bilateral do governo chileno e boliviano se limitou a questões consulares. Em comunicado conjunto após o encontro, os Chanceleres disseram estar convencidos da necessidade de iniciar uma nova etapa nas relações diplomáticas entre os dois países para benefício de ambos os povos. A Hoja de Ruta dá destaque a diversos temas de interesse mútuo dos dois países andinos, como a complementaridade econômica, a integração fronteiriça, o uso de

recursos hídricos e a cooperação policial em matéria de contrabando e drogas. Ao fortalecer a agenda bilateral de desenvolvimento econômico, comercial e social dos países, o acordo é um passo importante para a retomada de plenas relações diplomáticas entre a Bolívia e o Chile, visto que, atualmente, há apenas relações consulares entre os países.

Fontes: [LaRazón](#), 21/07/2022; [La Tercera](#), 21/07/2022; [Bio Bio](#), 21/07/2022; [Opini3n](#), 22/07/2022;

Chile assina memorando de entendimento com Espanha para implementar política externa feminista

No dia 1º de julho, a chanceler do Chile, Antonia Urrejola, encontrou-se com seu hom3logo da Espanha, Jos3 Manuel Albares, em Madri, para assinar um memorando de entendimento que estabelece a colabora33o entre os dois pa3ses para avançar uma agenda feminista nos planos bilateral e global. O memorando estipula a troca de experi3ncias em pol3ticas p3blicas que fomentem a igualdade de g3nero, a elabora33o conjunta de iniciativas para combater a discrimina33o contra mulheres e meninas, a cria33o de uma rede de apoio entre embaixadas e consulados para lidar com casos de viol3ncia de g3nero e, por fim, o alinhamento de posi33es em debates multilaterais sobre a defesa de direitos sexuais e reprodutivos. Em artigo de jornal publicado no dia 28 de julho, a chanceler chilena lembrou que memorandos similares j3 foram assinados com Argentina e Canad3 durante o governo Boric. Destacou, ainda, que foi criado um grupo de trabalho no Minist3rio das Rela33es Exteriores do Chile para estudar como uma vis3o feminista em favor da igualdade de g3nero pode ser aplicada e institucionalizada nas v3rias dimens3es de atua33o do 3rg3o.

Fontes: [Site do Minist3rio das Rela33es Exteriores do Chile](#), 01/07/2022; [La Tercera](#), 05/07/2022; [Opini3n](#), 28/07/2022.

Negocia33es do Uruguai com a China sobre tratado de livre-com3rcio repercutem na C3pula do Mercosul

No dia 13 de julho, o presidente do Uruguai, Luis Lacalle Pou, anunciou que sua administra33o concluiu estudos com a China para iniciar negocia33es sobre um acordo bilateral de livre-com3rcio. Lacalle Pou destacou que os estudos tiveram in3cio em setembro de 2021 e que as conversas formais entre integran-

tes dos governos dos dois pa3ses come3ariam imediatamente. O an3ncio do presidente foi feito pouco antes da realiza33o da 60ª C3pula do Mercosul, nos dias 20 e 21 de julho, no Paraguai. Embora tenha dito que conversou previamente com os presidentes dos demais pa3ses-membros do bloco sobre o tratado de livre-com3rcio com a China, Lacalle Pou teve de enfrentar cr3ticas de seus hom3logos durante a reuni3o. O presidente do Paraguai, Mario Abdo Ben3tez, afirmou que 3 preciso pensar nas consequ3ncias que uma negocia33o individual pode trazer para o Mercosul. Ben3tez defendeu que os pa3ses-membros devem concentrar esfor3os na ado33o de pol3ticas conjuntas que atendam 3s necessidades de seus povos. O presidente da Argentina, Alberto Fern3ndez, adotou um tom ainda mais cr3tico e disse que a ideia de buscar solu33es individuais 3 uma ilus3o e que n3o se sustenta a longo prazo. Fern3ndez tamb3m sugeriu que o tratado de livre-com3rcio com a China poderia ser analisado por todos os pa3ses do Mercosul, visando 3 assinatura de um acordo com o bloco. O ministro das Rela33es Exteriores do Brasil, Carlos Fran3a, adotou uma postura diferente. Ele afirmou que o pa3s est3 aberto para discutir a flexibiliza33o das regras do Mercosul. Em resposta 3s cr3ticas, o presidente Lacalle Pou sustentou que o Uruguai n3o renunciaria 3s negocia33es com a China e que sua administra33o entendia que um acordo bilateral de livre-com3rcio n3o viola o Mercosul.

Fontes: [El Observador](#), 13/07/2022; [Poder360](#), 20/07/2022; [El Observador](#), 21/07/2022; [El Observador](#), 21/07/2022; [El Pa3s](#), 21/07/2022.

China reage negativamente a an3ncio de viagem de legisladora estadunidense

No dia 19 de julho, Nancy Pelosi, presidente da C3mara dos Representantes dos EUA, anunciou que pretende visitar Taiwan no m3s de agosto. Pelosi 3 uma das legisladoras estadunidenses com postura mais aguerrida contra o governo chin3s e acumula em sua carreira declara33es que geraram mal-estar nas rela33es entre Pequim e Washington. Inicialmente programada para abril, a viagem foi cancelada ap3s a legisladora testar positivo para a Covid-19. A poss3vel viagem provocou atrito nas rela33es diplom3ticas entre China e EUA, que buscam apaziguar o mal-estar existente entre os dois pa3ses desde as discord3ncias sobre o tratamento internacional dado 3 R3ssia ap3s a invas3o da Ucr3nia.

Autoridades chinesas, como o chanceler Wang Yi e o presidente Xi Jinping, buscam demover a viagem da legisladora, contando com apoio do Departamento de Defesa dos EUA e do presidente estadunidense Joe Biden, que também tentam dissuadi-la. A diplomacia chinesa reforçou a necessidade de autoridades estadunidenses respeitarem o princípio de “uma só China” e que, se necessário, o país adotará medidas enérgicas para salvaguardar sua soberania nacional. Apesar de discordarem da viagem de Pelosi, autoridades militares dos EUA preparam um plano de ação para sua estadia em Taiwan. Caso confirmada, desta forma, a viagem poderá ocorrer sem nenhum entrave ou ameaça. O governo chinês frisou que não pretende realizar a reunificação da China através de meios violentos, mas que buscará conter forças separatistas e possíveis apoiadores estrangeiros que utilizem ou forneçam meios violentos para assegurar a independência taiwanesa. Xi Jinping e Joe Biden buscaram aliviar a tensão nas relações bilaterais, realizando cinco chamadas telefônicas desde o anúncio de Pelosi, e discutiram outras questões sensíveis, como a circulação de navios militares no Mar do Sul da China e a remoção das barreiras alfandegárias a produtos chineses estabelecidas durante o governo de Donald Trump.

Fontes: [The Financial Times](#), 19/07/2022; [South China Morning Post](#), 19/07/2022; [The Guardian](#), 27/07/2022; [South China Morning Post](#), 27/07/2022; [South China Morning Post](#), 28/07/2022.

Presidente russo rebate acusações de chantagem da Comissão Europeia

No dia 11 de julho, em visita ao Irã, o presidente russo Vladimir Putin rebateu as acusações de chantagem feitas pela Comissão Europeia à possibilidade de corte no fornecimento de gás aos países europeus e rechaçou a busca do Ocidente por reduzir sua dependência dos combustíveis fósseis e apostar na energia verde. Sua declaração foi pautada pela equiparação do que chamou de “relacionamentos [pessoais] não tradicionais” às energias renováveis, igualmente consideradas fontes não tradicionais por Putin. Na capital iraniana, Teerã, o presidente declarou a repórteres: “Eles (ocidentais) são grandes especialistas em relações não tradicionais e também decidiram depender de energias não tradicionais, sol e vento”. “Não tradicional” é a forma como os relacionamentos LGBTQIA+ são descritos por muitos na Rússia, inclusive na própria legislação.

Segundo Putin, a Gazprom cumprirá com todos os acordos de fornecimento de gás para a Europa. No dia 21 de julho, o porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, reforçou que as acusações de chantagem são absolutamente falsas e que Moscou as refuta resolutamente: “A Rússia não está interessada nisso”, se referindo a uma interrupção completa do fornecimento de gás para os países europeus.

Fontes: [RT](#), 06/07/2022; [Reuters](#), 19/07/2022; [TASS](#), 21/07/2022; [TASS](#), 25/07/2022.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, dois grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

